

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.181 - SP (2019/0308876-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : WILLIAN DE PAULA ANTUNES (PRESO)
ADVOGADOS : MARIA FERNANDA S ELIAS MAGLIO - DEFENSORA PÚBLICA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por WILLIAN DE PAULA ANTUNES, com amparo no art. 105, inciso III, c, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento ao agravo em execução defensivo, indeferindo pedido de extinção da punibilidade, porquanto pendente o pagamento da pena de multa.

Sustenta a recorrente divergência jurisprudencial e violação do disposto no art. 51 do Código Penal, argumentando que, ao contrário do firmado no acórdão impugnado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, a multa penal passa a ser dívida de valor, cuja cobrança é de responsabilidade da Fazenda Pública, que poderá executá-la ou não.

Aduz, assim, não ser cabível a subsistência do processo de execução criminal sem extinção da punibilidade na hipótese em que, conquanto cumprida integralmente a pena corporal, ainda pende o pagamento de multa, que nenhum reflexo pode causar na sua liberdade e no exercício dos seus direitos políticos.

Requer, desse modo, o provimento do inconformismo para que seja declarada a extinção da punibilidade, independentemente do pagamento da multa (e-STJ fls. 81-90).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 110-116), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fl. 118), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 129-136).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Acerca do tema em discussão, colhe-se do acórdão exarado pelo Tribunal de origem a seguinte conclusão (e-STJ fls. 71-72):

Dos documentos juntados aos autos se depreende que o agravante foi condenado a pagamento de pena de multa, além das penas corporais, em dois processos distintos, por ele já cumpridas, e verificando-se o inadimplemento quanto às penas pecuniárias cumulativas, necessária a extração de certidão para lançamento da inscrição do débito na dívida ativa da Fazenda Pública, para que sejam executadas.

Muito embora do constante do julgamento do v. Acórdão

Superior Tribunal de Justiça

representativo de tal controvérsia, proferido no Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.519.777/SP, determinando o reconhecimento de extinção da punibilidade independente do pagamento da pena de multa, há que se indeferir o pleito defensivo.

Isso porque, tendo revisto minha posição quanto ao tema, voltei a aplicar entendimento de há muito sedimentado nesta Oitava Câmara Criminal, de que tal procedimento, instituído pela Lei nº 9.268/96, como bem explicitado pela Defesa, não retirou da pena de multa seu caráter penal, ainda que, diante do seu não pagamento, essa se transmute em dívida de valor.

Isso porque a pena de multa c sanção decorrente do tipo penal infringido, que somente será declarada extinta após o seu efetivo cumprimento, não havendo que se falar que a adoção de novo procedimento, para o seu recebimento, seja equivalente à efetivação dessa.

Denota-se do trecho transcrito acima que o Tribunal estadual decidiu em confronto com a jurisprudência deste Sodalício, que, no julgamento de recurso representativo da controvérsia, consolidou entendimento de que *"o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública"*. Confirma-se a ementa desse julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OU DE RESTRITIVA DE DIREITOS SUBSTITUTIVA. INADIMPLENTO DA PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

- 1. Recurso Especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ.*
- 2. Extinta pelo seu cumprimento a pena privativa de liberdade ou a restritiva de direitos que a substituir, o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública.*
- 3. Recurso especial representativo da controvérsia provido, para declarar extinta a punibilidade do recorrente, assentando-se, sob*

Superior Tribunal de Justiça

o rito do art. 543-C do CPC a seguinte TESE: Nos casos em que haja condenação a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade.

(REsp 1519777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe 10/09/2015)

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO INTEGRAL DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. INADIMPLEMENTO DA PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Terceira Seção desta Corte Superior, sob a égide dos recursos repetitivos, art. 543-C do CPC, no julgamento do REsp n. 1.519.777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 10/9/2015, firmou posicionamento no sentido de que extinta pelo seu cumprimento a pena privativa de liberdade ou a restritiva de direitos que a substituir, o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública.

2. Não cabe a esta Corte manifestar-se, ainda que para fins de prequestionamento, acerca de suposta afronta a dispositivo constitucional - art. 5º, XLVI, da Constituição Federal - sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1808768/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 21/10/2019)

Igualmente:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENA DE MULTA. INADIMPLEMENTO. ART. 51 DO CP. DÍVIDA DE VALOR. INTEGRAL CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. POSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Conforme decidido pela Terceira Seção deste Superior Tribunal por ocasião do julgamento do Recurso Especial n. 1.519.777/SP (DJe 10/9/2015), processado sob o rito do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973, "Extinta pelo seu cumprimento a pena privativa de liberdade ou a restritiva de direitos que a substituir, o inadimplemento da pena de multa não

Superior Tribunal de Justiça

obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art.

51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública." 2. Cumprida a pena privativa de liberdade, deve ser extinta a punibilidade da ré, independentemente do adimplemento da pena de multa.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1806112/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019)

Acrescente-se, por fim, que as teses fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI n. 3.150/DF dizem respeito tão somente à legitimação ativa para a cobrança da multa, de modo que não vê motivo para a inobservância da orientação estabelecida por esta Corte Superior, em precedente qualificado, no tocante à possibilidade da extinção da punibilidade ainda que pendente a quitação da pena pecuniária.

Dessarte, estando o acórdão recorrido dissonante da jurisprudência desta Corte Superior, merece acolhimento o inconformismo da defesa.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **dá-se provimento ao recurso especial** para declarar extinta a punibilidade do recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator